

**FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA – FAJE  
REDE BRASILEIRA DE CENTROS E INSTITUTOS DE JUVENTUDE  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM JUVENTUDE NO MUNDO  
CONTEMPORÂNEO**

**JUVENTUDE E ECONOMIA DA CULTURA  
Reflexões em torno do mundo do trabalho**

Keli de Oliveira Rodrigues

**Orientador: Prof. Ms. Renato Souza de Almeida**

**Artigo apresentado ao Curso de Pós-graduação  
Lato Sensu em Juventude no Mundo  
Contemporâneo como requisito para grau de  
especialista.**

Goiânia

2011

# JUVENTUDE E ECONOMIA DA CULTURA

## Reflexões em torno do mundo do trabalho

*Keli de Oliveira Rodrigues<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este artigo busca discutir questões referentes à centralidade do trabalho e da cultura na vida da juventude contemporânea, destacando as relações entre estes elementos na vida dos jovens. Abre campo para a discussão em torno do recente debate sobre a economia da cultura, arriscando possíveis conexões entre juventude e mundo do trabalho por meio de percepções das ações desenvolvidas por jovens e grupos culturais na cidade de São Paulo.

**Palavras-chave:** Juventude; Trabalho; Economia da Cultura.

### Introdução

Para entender a relação entre juventude e mundo do trabalho, num primeiro momento, este artigo vai referendar a ideia de juventude enquanto categoria social, construída a partir de contextos históricos, sociais e culturais distintos. Para tanto, inclui na categoria “juventude” experiências dos jovens das camadas populares, que se concretiza a partir da visibilidade que esses jovens passam a ter por meio dos grupos de estilo. No Brasil, isso ocorreu mais especificamente através dos jovens do movimento *punk* e do *hip-hop*. Esta visibilidade dos grupos juvenis que se dá por meio da indústria cultural, através da relação com a esfera do lazer e do consumo, se coloca como uma questão chave na vivência da condição juvenil. Ou seja, para os jovens curtirem sua “juventude”, estas dimensões precisam ser asseguradas. O trabalho, passa então a ser central e um elemento de destaque, que possibilita e pode garantir a vivência desta condição, sobretudo para os jovens das camadas populares.

---

<sup>1</sup> Formada em Ciências Sociais, coordenadora do IPJ – Instituto Paulista de Juventude – e professora da rede pública de ensino. Atualmente coordena o Programa Jovens Urbanos em Guaianases, zona leste da cidade de São Paulo.

Em um segundo momento, abordaremos o tema do trabalho de maneira ampliada, tentando contextualizar as mutações do mundo do trabalho e seus impactos negativos na vida dos trabalhadores em geral, mas principalmente na vida dos jovens. Sua ausência ou mesmo as formas de trabalho precarizado são sentidas pelos jovens de maneira distinta; sendo assim, também seus diferentes “sentidos” são trazidos para entender sua centralidade ou não na vida deste grupo.

Por fim, considerando as mudanças no mundo do trabalho, adentramos o novíssimo debate em torno da economia da cultura e sua extensão para o mercado de trabalho, refletindo sobre a intersecção entre trabalho e cultura. Para problematizar esta reflexão, trataremos de experiências de jovens nos grupos de cultura ou em projetos culturais que acenam e demandam possibilidades que dialoguem com o mundo do trabalho; que por meio de ações relativas ao universo cultural criam alternativas de geração de renda.

### **A condição juvenil e suas expressões culturais**

Para iniciar o debate em torno da relação entre juventude e economia da cultura é importante inferir a ideia de juventude constituída enquanto categoria social e como essa definição vem sendo consolidada nas últimas duas décadas, a medida em que juventude é entendida como uma construção social e histórica e que “não é mais somente uma condição biológica, mas uma definição cultural” (MELUCCI, 1997: 9).

É notório pensar como este tema adentrou os estudos e pesquisas acadêmicas e tem consolidado a ideia de jovens como “sujeitos de direitos”. Os aspectos identitários e sociais que permeiam este grupo e as marcas desta geração, além de serem elementos importantes para entender a contemporânea condição juvenil, vem se afirmando no esforço das garantias de direito para este grupo e aponta para a elaboração de políticas públicas de juventude que tenham como base estes aspectos. Para além disso, falar de juventude neste nosso tempo histórico é considerar uma série de coisas que vão fazer sentidos para este grupo. A importância do trabalho na vida dos jovens, sobretudo dos mais empobrecidos e o

futuro incerto diante do não-trabalho; a violência como fenômeno real que amedronta e que extermina; a participação nos grupos e atividades culturais que produzem sentidos e passam a ser definidores nos seus processos identitários; são alguns dos elementos que vão marcar esta população.

No entanto, vale ressaltar que ainda as instituições sociais que participam na formação dos jovens possuem no “imaginário” alguns modelos, que grosso modo, negam essa condição juvenil: ora são pensados “essencialmente revolucionários”, agentes e protagonista da mudança, portanto os que não correspondem à este modelo são considerados apáticos e indiferentes aos problemas do país; ora são adjetivados como rebeldes ou vagabundos, encarados como uma juventude problema, merecendo maior atenção e empenho nas práticas corretivas e no falso limite tutelado. Em outros momentos a juventude também é entendida como etapa preparatória, ou seja, torna-se “um período de preparação para o mundo adulto”. (ABRAMO, 2005:21-23).

A socióloga Helena Abramo em seu estudo sobre os *darks* e *punks* no cenário urbano, nos ajuda a perceber a visibilidade que a juventude passa a ter, através de grupos de estilo na década de 80, mais especificamente os jovens do movimento *punk*. As posturas contestatórias por meio das letras das músicas e do próprio estilo musical, a própria forma espetacular de se vestir, soam como traços identitários e de diferenciação diante de outros grupos. Neste sentido, a autora reitera que serão, principalmente os jovens da classe trabalhadora, os que se identificarão com a influência *punk* vinda da Inglaterra e ainda ressalta que os jovens *punks* do Brasil se identificam com o estilo, mas o re-significam de acordo com a vida e as questões que se colocam para eles no momento:

No Brasil, é a primeira vez que o tom central, a inspiração básica do universo cultural juvenil, é dado por jovens da classe trabalhadora. [...] Com isso, os jovens trabalhadores passam a partilhar da história da “cultura juvenil” internacional, nos termos em que Morin a define. Neste sentido, penso que é mais interessante considerar que, no Brasil, os punks constituem uma “subcultura” derivada da cultura juvenil internacional, que assumiu os contornos da classe proletária, ao contrário de serem uma “subcultura da classe operária”, que teria assumido uma conotação juvenil, conforme a definição dos pesquisadores de Birmingham para os grupos juvenis ingleses. (ABRAMO, 1997:84-85)

Ao tratar dos jovens do movimento *punk* da década de 80, a autora descortina outras questões relativas ao universo juvenil. A relevância está em perceber a

entrada dos jovens da classe trabalhadora dando o tom no que chama de “culturas juvenis”. Por meio do movimento *punk* e depois por outros grupos de estilo. A juventude das classes populares “escapa” da invisibilidade e interfere no conjunto da sociedade por meio das expressões e das marcas culturais do seu tempo, ou seja, não mais ou somente os jovens da classe média (na figura dos jovens universitários), mais a ampliação da categoria juventude e o “reconhecimento” dos sujeitos jovens também da classe trabalhadora.

O termo “culturas juvenis”, segundo Márcia Regina Costa foi tomado por alguns estudiosos para entender “*a multiplicidade cultural de comportamentos, experiências e atitudes juvenis*” (2006:19). Segundo a mesma autora, o conceito de culturas juvenis seria também colocado no intuito de “fugir” do estigma do termo gangues, o que conotaria sempre um sentido negativo, já que a violência seria colocada como marca identitária central da maioria dos grupos. Muitos estudiosos passaram a refutar a expressão, entendendo ser inadequada para o Brasil. Segundo a autora, o termo é inaugurado pelo autor espanhol, Carlos Feixa, no qual o cita para melhor entendermos o termo:

Feixa (1999), por exemplo, define culturas juvenis em referência ao modo como as experiências dos jovens se expressam coletivamente através da construção de diversos estilos de vida. Esses estilos de vida estão situados sobretudo no tempo livre vivido pelos que permanecem incrustados no interior de determinados espaços sociais. E para Feixa, estilo de vida pode ser definido como a manifestação simbólica das culturas juvenis, a qual se expressa em determinados elementos materiais e imateriais escolhidos pelos jovens como símbolo de sua identidade de grupo. (COSTA, 2006:19)

Ainda no que se refere ao conceito de culturas juvenis, em seu estudo sobre “Juventude e Participação”, Renato Almeida nos ajuda a uma melhor compreensão do termo:

[...] O conceito de *culturas juvenis* seria o ponto de intersecção entre as condições de geração, gênero, etnia, classe e território e das imagens culturais que elaboram um estilo dentre os grupos juvenis. O *estilo* seria a manifestação simbólica das culturas juvenis através de seus traços identitários. (ALMEIDA, 2009: 25)

Se os grupos de estilo juvenil são “manifestações simbólicas das culturas juvenis”, como bem afirma Almeida, é importante referendar a dimensão da cultura na vida dos jovens, se entendermos que é por meio dela que é possível fazer as leituras e compreender as expressões destes grupos juvenis:

A ideia de cultura relacionada às questões da vida ordinária configurou-se como elemento *chave* para se compreenderem as ações dos grupos juvenis para além das visões associadas a problema ou delinquência, como preconizava a Escola de Chicago. É deste referencial que foi possível a compreensão dos grupos de estilo ou das culturas juvenis [...]. Compreendendo suas práticas de sociabilidade, símbolos identitários, expressões de lazer, enfim, dimensões cotidianas da vivência da condição juvenil, foi possível inferir reflexões mais próximas de suas demandas e questões. (ALMEIDA, 2009:55)

As expressões culturais dos jovens que ganham visibilidade por meio dos grupos de estilo são indicativos para referendar a cultura como um elemento central no universo juvenil, se entendermos que suas marcas identitárias, então culturais, são possíveis de serem construídas no seu tempo livre, “condicionado” aos campos do lazer e do consumo. A visibilidade destes grupos é possível quando, por meio da mídia e da indústria cultural, os jovens constroem o seu estilo. Essa relação entre grupos juvenis e indústria cultural é considerada por Helena Abramo (1994) uma “relação de constante luta”, ou seja, tensa e dúbia, porque ao mesmo tempo em que consome os seus produtos, querem e constroem uma cultura distinta da que está na *moda* com suas próprias marcas identitárias, “(...) mas ao mesmo tempo desejando formas de exposição e comunicação, o que inclui a circulação dos meios de comunicação” (ABRAMO.1994:90).

Em parte, a relação dos jovens dos grupos de estilo com a indústria cultural se dá principalmente no tempo livre, mais especificamente, na esfera do lazer e do consumo, ou seja, na compra das roupas para “montar” seu estilo, na compra dos discos das bandas preferidas, na curtição das festas, festivais, nos “rolês” e no encontro com outros amigos do grupo. O lazer, assim como o consumo, são importantes esferas da vida em sociedade, mas para os jovens dos grupos de estilo, é onde se mantêm e se desenvolve o seu estilo (ABRAMO.1994:147).

Se por um lado, como foi dito mais acima, os grupos de estilo juvenis, formado por jovens da classe trabalhadora, possibilitou a ampliação da categoria juventude, por outro, também vai ajudar a sinalizar dimensões importantes para a vivência da condição juvenil. Dimensões como o lazer e o consumo, onde o *estilo se mantém e desenvolve*, são marcas da condição da juventude contemporânea, portanto se relaciona com a esfera produtiva, onde se conecta com outro importante elemento que é o trabalho. Visto que é por meio do trabalho remunerado, que os

jovens das classes trabalhadoras têm condições de vivenciar sua condição de jovem.

### **Mundo do Trabalho: centralidade e sentidos para os jovens**

Nesta relação em que trabalho se coloca enquanto elemento que possibilita aos jovens viverem a sua “condição juvenil”, no momento que se conecta às outras dimensões como o lazer, a ausência do trabalho pode colocar em risco a possibilidade de viver mais tranquilamente essa etapa da vida. O trabalho, neste sentido, é posto como um elemento central para os jovens das camadas populares, por se colocar como uma via para acessar outros aspectos da sua condição. No entanto, falar de centralidade do trabalho para os jovens, incide falar das metamorfoses do mundo do trabalho e situá-lo em torno do debate sobre a sua centralidade, enquanto elemento que organiza a sociedade.

O trabalho, enquanto experiência da nossa condição humana, poderia ser identificado por nós de diferentes maneiras. Como labor, considerando a situação de esforço e dor, mas também de obra, criação, *opus*, vinculado como esfera presente na história do desenvolvimento humano, tomando em conta a ideia de transformação da natureza e de si próprio. (POCHMANN, 2004: 226-227). O trabalho tornou-se, sobretudo com a expansão do capitalismo, uma atividade muito mais de labor e tortura do que de criação, de reinvenção do ser humano. No entanto, e contraditoriamente, é no sistema capitalista que o trabalho realizado na esfera pública ganha sentido e é afirmado como elemento constitutivo da nossa identidade, levando em conta a definição marxista:

É pelo trabalho remunerado (mais particularmente pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade social (isto é, uma “profissão”), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos em troca de certos deveres. (GORZ, 2003:6)

O trabalho assalariado no qual explicita Gorz (2003) possibilita aos trabalhadores o processo de inter-relação entre estes e outros, ou seja, é no trabalho que se realiza na esfera pública que “nos” reconhecemos e somos

reconhecidos. Trabalho, na sociedade moderna capitalista, diz respeito a toda atividade que realizamos na esfera pública, ou seja, toda atividade reconhecida que supere a esfera privada, que reconhecidamente se torna útil a nós e a outros. O que o autor coloca é que em nenhuma outra sociedade o trabalho era visto e valorado da forma que entendemos hoje e explica que

O trabalho socialmente remunerado e determinado, mesmo para aqueles e aquelas que o procuram, para aqueles que a ele se preparam ou para aqueles a quem falta trabalho é, de longe, o fator mais importante da socialização (GORZ, 2003:6).

Obviamente que a definição de trabalho, seus sentidos e as suas dimensões foram sofrendo mutações ao longo da história, e isso tem reflexos nas sociedades contemporâneas, sobretudo no que diz respeito à sua centralidade.

Assim como Gorz, outros teóricos, principalmente a partir da década de 1980, ligados à sociologia do trabalho vai discutir sua centralidade enquanto elemento que “organiza” a sociedade. O que se discute, grosso modo, é que não se considera mais o trabalho como categoria fundamental estruturante para se pensar a sociedade pós-moderna, já que, com a expansão do trabalho assalariado (trabalhos informais, redes de economia solidária, etc...) este teria perdido a capacidade de determinar a organização social, pois conta agora com muitos outros elementos, além de gerar uma contradição entre trabalho e sistema de produção. Contradição porque, no bojo deste processo, estaria a ruptura da classe trabalhadora (OFFE, 1989). O que estaria em jogo, seguindo outros autores, é o fim da sociedade do trabalho e com ela a centralidade da mudança, por meio da classe trabalhadora.

Por outro lado, outros teóricos rebatem a crítica, insistindo que não existe o fim da classe trabalhadora e muito menos do trabalho como elemento estruturante desta mesma sociedade. Ricardo Antunes afirma que a “classe-que-vive-do-trabalho, complexificou-se, heterogeneizou-se, fragmentou-se”, mas está longe de significar o fim. Segundo o mesmo autor, a *desproletarização do trabalho industrial e fabril* pode ser um indicador da diminuição da classe operária industrial nos países de capitalismo mais avançado, o que não afirma pensar que há um fim da *classe-que-vive-do trabalho*. O próprio conceito de classe-que-vive-do-trabalho, adotado por Antunes, é para enfatizar que a mudança do conjunto no mundo do trabalho e, por consequência, a complexidade da classe trabalhadora não significou o seu fim como fator estruturante da sociedade, ou seja, o trabalho continua a ser um elemento que



dá sentido e “organiza” a sociedade.(ANTUNES, 2011;45-59).

Essa *diluição* da classe trabalhadora, sentida com a diminuição dos meios tradicionais do trabalho, neste caso ligados à indústria e aos impactos destas “mudanças”, no Brasil se dará principalmente em meados da década de 80 e início da década de 90 em que o desemprego estrutural ganha corpo e impacta na vida do conjunto da classe trabalhadora. A década de 90, marcada pela flexibilização do trabalho e reestruturação produtiva gerou a precarização do trabalho, as subcontratações, as terceirizações, e intensificou os problemas e as dificuldades em torno da manutenção e abertura de novos postos de trabalho. As dificuldades encontradas pelo conjunto dos trabalhadores (ou da classe-que-vive-do trabalho, como prefere Antunes), é fator de desestabilização desta sociedade, já que este trabalhador, além de estar longe do seu “ofício”, dentro da sociedade capitalista, encontra-se excluído até de vender a sua força de trabalho para obter o necessário para a sua subsistência. As mudanças no mundo do trabalho, que avançam dentro do sistema capitalista, dificultam também as ações dos trabalhadores por meio dos sindicatos que foram sendo fragmentados e muitos também não deram conta de absorver a “nova classe-que-vive-do-trabalho”, ou seja, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, os jovens.

Os impactos relativos à mudança no mundo do trabalho, sua ausência como fator de desestabilização e a diluição da classe trabalhadora, colocam em risco de fato o trabalho como elemento estruturante da sociedade; mas por outro lado, as complexificações em torno das relações e do mundo do trabalho o coloca ainda como elemento central no imaginário e na vida dos trabalhadores.

Segundo as referências da Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (2010):

A atual geração de jovens brasileiros tem em comum a busca pela construção de trajetórias de trabalho em meio a um cenário de transformações econômicas e sociais intensificadas nos anos 1990, tais como o baixo ritmo de crescimento econômico e a intensa presença do desemprego e do trabalho precário. Mesmo que o período mais recente aponte um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego e ocupações, os jovens experimentam um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso do desemprego e do trabalho precário. (AGENDA, 2010: 5)

São os jovens, que tem em maior escala experienciado as mutações e as

incertezas deste “novo mundo do trabalho”. Os avanços tecnológicos, as rápidas e aceleradas mudanças do mundo *globalizado*, impactaram as certezas, se é que existia, em relação ao mundo do trabalho e as experiências no mundo produtivo. A tradicional forma de contratação, o trabalho formal, a carteira assinada, todas essas mudanças vão dar um clima de insegurança nesta sociedade do trabalho. Para os mais novos, as incertezas têm impacto quando os inviabiliza de fazer projeções futuras, sem a possibilidade de obter renda por meio do trabalho. A antropóloga Regina Novaes nos ajuda a entender um pouco o significado da ausência do trabalho para os jovens contemporâneos, tomando o “medo de sobrar”, como uma marca desta geração:

No entanto, a despeito das injustiças provenientes da concentração de renda e de oportunidades, décadas atrás os jovens podiam planejar melhor o futuro e os mais pobres poderiam ter algum tipo de ascensão social em comparação com seus pais. Hoje, jovens de todas as classes e situações sociais expressam insegurança e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Estes sentimentos estão relacionados à consciência de que sua geração está submetida às rápidas transformações tecnológicas no mundo do trabalho. Ainda que os jovens mais pobres sejam os mais atingidos pelo processo de desestruturação/flexibilização/precarização das relações de trabalho, jovens de diferentes classes sociais partilham o “medo de sobrar”. (NOVAES, 2007:3)

Embora a autora coloque que esta marca de insegurança diante do atual mundo do trabalho perpassa os jovens de diferentes classes sociais, o trabalho ou sua ausência têm um peso diferenciado para os jovens das classes populares. Na verdade, os sentidos dado ao trabalho por jovens da classe trabalhadora se diferenciam, pois é por meio dele que de alguma forma, a possibilidade de renda se materializa e possibilita aos jovens consumir, “curtir”, viver sua condição de jovem e poder gozar de seu tempo livre, como foi comentado em momentos anteriores.

A socióloga Nadya Guimarães (2005), em reflexões em torno dos resultados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” (2004), descortina o trabalho como uma preocupação no imaginário juvenil. O trabalho, visto como valor, necessidade e direito é tomado pela socióloga como elementos de destaque para entender a centralidade do trabalho na vida dos jovens. Essa relação entre juventude e trabalho não pode ser vista sem ser pela ótica da “natureza das classes sociais”, ou seja, há que se entender estes aspectos e a centralidade do trabalho quando principalmente nos referimos aos jovens das classes populares.

Apoiada nos resultados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”,

analisados no livro “Retratos da Juventude” (2004), os sentimentos dos jovens em relação ao trabalho aparece como necessidade para 39%, mas para 26% como independência e 22% como crescimento (ABRAMO, 2005: 53). O fato da maioria dos jovens se vê obrigada a se inserir no mercado de trabalho por necessidade, dado as condições de vida, não tira a importância dos outros dois fatores. Ao contrário, os números são significativos quando relacionam trabalho com independência e crescimento. Estes *sentimentos* dos jovens em relação ao trabalho nos ajuda a perceber que sentido ele vai ganhando na vida deste grupo e que, sobretudo, não pode ser encarado como um elemento isolado da condição juvenil. Ele ganha sentido justamente quando se conecta a outras dimensões ou elementos presentes na vida dos jovens como lazer, escola e que também interfere nas relações pessoais e afetivas. É necessário dinheiro para comer, se vestir, namorar, dar os “rolês”... Experimentar intensamente esta condição tem relação com o mundo do trabalho, quando a perspectiva é de autonomia e de possibilidades de mudança no estrato social, mas também quando significa reconhecimento. O “existir” faz sentido para este grupo quando consideramos que é também através do trabalho que o jovem pode se afirmar, tanto na família quanto na vida social ou, quando de alguma forma, ele passa a ser reconhecido muito mais pelo peso que a palavra trabalho ganha neste período da vida. Isso significa que é no equilíbrio entre a relação necessidade, vontade e reconhecimento que trabalho ganha sentido no imaginário dos jovens.

Essa ideia de trabalho como produtor de sentidos na vida dos jovens pode parecer sem razão e fora de lugar quando nos deparamos com uma realidade pouco esperançosa e que não corresponde à realidade da maioria dos brasileiros e, principalmente, a realidade juvenil, no qual a mutação no mundo do trabalho trouxe grandes impactos. A crise da “sociedade do trabalho”, tão debatida pelos sociólogos do trabalho e outros teóricos, pode significar crise na perda de uma utopia, da superação do sistema capitalista insurgida por uma classe, mas não do trabalho enquanto fator “constitutivo da nossa identidade”.

Se adentrarmos o debate em torno da mutação no mundo do trabalho (desemprego estrutural, diminuição dos postos de trabalho e do emprego formal) e os impactos negativos desta mudança na vida dos jovens (daí decorre o *medo de*

*sobrar*), podemos também hoje falar do surgimento de outras alternativas como resposta aos dilemas enfrentados pelos trabalhadores. É o caso da economia solidária, por exemplo, com destaque para as cooperativas que tem sido tomada como alternativa por movimentos sociais. No que se refere às novas possibilidades de trabalho, tenta-se alterar a lógica produtiva da ordem econômica que determina suas relações.

Um outro campo que se abre para o debate, mas que não necessariamente interfere na lógica da relação trabalho x capital, é o debate em torno do campo da economia da cultura, como possibilidade de novos postos de trabalho e a valoração da cultura como um importante segmento da economia. Este parece ser um elemento importante para se pensar, sobretudo, a relação entre os jovens e as novas possibilidades de configuração do trabalho.

### **Economia da Cultura: contextualizando o debate**

No Brasil, nos últimos oito anos, o Ministério da Cultura intensificou o debate, a pesquisa, o incentivo e subsídios em torno de “projetos e produções culturais”. Se deu atenção especial a cultura como um campo ou segmento promissor da economia nacional. As potencialidades nacionais, a diversidade cultural em termos de atividades artísticas, passam a ser entendidas como um conjunto de elementos que caracteriza o universo cultural, mais que também são fatores de investimento e de um campo importante da economia. No entanto, o debate daquilo que se consolidou a chamar de Economia da Cultura no Brasil (pelo menos no âmbito do MINC) ainda é incipiente, mais têm sido alvo cada vez mais de pesquisas pelo próprio Ministério da Cultura em parceria com órgãos como o IBGE e IPEA. A idéia de entender o universo cultural como um segmento da economia, também vêm seguindo de forma bastante nova para sua consolidação, tanto no Brasil como em outros países. Segundo Paula Porta, assessora especial do então Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008) e coordenadora do PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, o termo ou a ideia de Cultura, enquanto segmento da economia, se inicia no pós guerra, mas ganhou relevância a partir da

década de 70:

A produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais começaram a ser percebidos como um segmento de peso na economia das nações já no pós-guerra. Mas foi apenas na década de 1970 que se aprofundou o interesse pelo setor e a Economia da Cultura passou a mobilizar pesquisadores em algumas universidades. Na década de 1990, ganha espaço nos órgãos internacionais de cooperação, começando a ser entendida como um vetor de desenvolvimento. Progressivamente órgãos como BID, PNUD, OEA, Unesco passam a incluir questões relacionadas à Economia da Cultura em seu escopo de ação. (PORTA, 2008:1)

É importante frisar que Economia da Cultura, foi o termo adotado no Brasil, por “ser mais abrangente em relação ao conceito de Economia Criativa, já que esta estaria mais ligada ao campo da patente e da propriedade intelectual. Economia da Cultura, é mais amplo pois pode abranger outros setores como ciência e tecnologia. (PORTA.2008 :5).

Economia Criativa ou Industrias Criativas, no qual menciona Paula Porta (2008) também são termos adotados por alguns países e instituições internacionais, como foi descrito mais acima, quando faz a diferenciação. No entanto, ambos tem relação direta com a ideia de cultura. Em artigo publicado no *IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia*, Aurílio Sérgio C. Caiado (2008) traz relatos das diferenciações dos termos adotado em diferentes países e instituições. A definição adotada como conceito de Economia Criativa, no texto de CAIADO, aparece da seguinte forma:

Assim, Economia Criativa é o ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam a criatividade, o ativo intelectual e o conhecimento como principais recursos produtivos. São atividades econômicas que partem da combinação de criatividade com técnicas e/ou tecnologias, agregando valor ao ativo intelectual. Ela associa o talento a objetivos econômicos. É, ao mesmo tempo, ativo cultural e produto ou serviço comercializável e incorpora elementos tangíveis e intangíveis dotados de valor simbólico. (CAIADO,2008:3)

Algumas das instituições das quais cita Caiado e Paula Porta (2008) são o BID, a Unesco, PNUD e países como Inglaterra, França, Estados Unidos, Índia, Africa do Sul e países do Mercosul que têm se inteirado do debate e caminhando para uma institucionalização do setor da cultura ou das industrias criativas como um importante setor da economia e mais do que isso, têm sido parte das ações de países e instituições, na realização de seminários, fóruns e conferências para se debater e criar estratégias para o setor. Encarada como um setor em crescimento, o Banco Mundial considera que a economia da cultura responda à 7% do PIB

mundial. (PORTA, 2008 p. 1), o que faz os países ficarem atentos ao setor e a resposta que ele têm dado em termos econômicos.

A Unesco, uma das instituições a adotar o termo Economia da Cultura, e do qual o Brasil se aproxima, em Seminário na Índia, organizado pelo escritório regional da Unesco para a Ásia e o Pacífico, aprovou um importante documento que vai considerar que as indústrias culturais são parte da economia criativa. (MIGUEZ, Paulo, 2007). Segundo o mesmo, autor, essa “incorporação” no entanto, é nova já que a UNESCO não tomava como referência a ideia de economia criativa ou mesmo indústrias criativas:

[...] no *Informe Mundial sobre a Cultura – 2000*, publicado em 2004 pela Unesco, é que não existem referências à ideia de indústrias criativas ou de economia criativa. Por seu turno, o instituto de Estatísticas da Unesco publicou documento sobre a circulação e o comércio internacional de bens e serviços culturais (Unesco..., 2005) que entroniza em definitivo a expressão indústrias criativas no vocabulário desta Organização. (MIGUEZ, 2007:101).

Mesmo com as diferenciações adotadas e feitas em diferentes estudos e pesquisas, a cultura é o elemento central em ambos os termos. A discussão em torno da economia da cultura/economia criativa ganhou as agendas e os investimentos de órgãos e países à medida que foram percebendo que a cultura, ou a produção de bens e serviços culturais, ganhava proporções que afetariam a economia dos países de forma positiva. Desde o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) até seu impacto no mercado de trabalho, levando em conta a geração de emprego e a criação de novos postos de trabalho. No Brasil, a produção artística, a diversidade cultural e a capacidade criativa são elementos que em conjunto passam a ser alvo de fomento e investimento e a cultura, considerada como um elemento de “despesa”, passa a ser vista como um segmento expressivo, que está na ordem do dia e que “merece” atenção. Além do que, o Brasil, pode ser considerado um arcabouço de expressões culturais e iniciativas criativas, o que nos leva a entender a emergência da cultura enquanto setor econômico.

Há uma diferença importante a considerar entre Economia da Cultura e os setores clássicos da economia. Nestes, a relação está principalmente no valor material ou na produção de bens materiais, enquanto que na economia da cultura seu principal recurso estaria ligado ao processo criativo e à produção intelectual. Nos setores clássicos, o principal vetor é o recurso produtivo: a produção e o

consumo de bens; embora, este processo esteja presente em todos os setores ou segmentos da economia criativa também. Isso significaria agregar valor à elementos intangíveis, como bem especificou Caiado, citado acima. Ou seja, agregar valor a elementos intangíveis significa dar valor não só a capacidade criativa do artista, mas à criação, à inovação e à produção intelectual. Neste sentido, a economia da cultura abarca todos os setores que envolvem criação artística ou intelectual, setores e serviços ligados a produção e a fruição de bens e serviços.(PORTA, 2008:5)

Quando se fala em produção cultural de bens e serviços há que considerar o processo de democratização e acesso à esses bens e como se dá a circulação destes serviços. Paula Porta ao tratar desta questão, coloca que um dos principais desafios a ser enfrentados em relação a Economia da Cultura estaria ligado “a concentração e a baixa capilaridade dos equipamentos culturais que dificulta a circulação e o acesso a produtos e serviços.” (PORTA, 2008:3).

Neste artigo, adotamos o termo ou conceito de Economia da cultura, com base nas especificidades adotadas pelo PRODEC/MINC, mas vale ressaltar que, enquanto definição, entendemos que a criatividade está intimamente ligada ao conceito de cultura por se relacionar a ela. Quando consideramos que a cultura, entendida como valor dado às expressões culturais, está ligada à subjetividade, ao simbólico, o intangível e a criatividade “mora” neste campo, já que a ação cultural também pode ser entendida como a capacidade de criar algo novo. Vale ressaltar que este debate conceitual relacionado tanto à economia da cultura quanto à economia criativa, por sua novidade e por se situar no campo das ciências econômicas, carece de maiores entendimentos.

No Brasil, especialmente no Estado da Bahia, têm se firmado pesquisas e estudos em relação a economia criativa e da cultura. Em especial na Universidade Federal da Bahia, por meio do Faculdade de Comunicação, teses e pesquisas tem sido produzidas sobre o assunto em questão, além de ser palco de fórum e seminário dedicados às indústrias criativas. Miguez (2007) ressalta que, desde de 2004, no Brasil tem se intensificado as parcerias internacionais e as pesquisas em torno da economia da cultura encabeçadas pelo Ministério da Cultura. Essa movimentação do qual cita tem impactado as ações do Ministério, além de colocar a Bahia como um estado “sede” deste processo:

Os efeitos de tamanha movimentação têm, também, repercutido fortemente na Bahia. Em 2005, por exemplo, Salvador abrigou dois importantes eventos internacionais na área da economia criativa. O primeiro, o Fórum Promovendo a Economia Criativa: rumo ao Centro Internacional das Indústrias Criativas (ciic)/ *Enhancing the Creative Economy: Shaping an International Centre on Creative Industries*, organizado, em abril, pelo Ministério da Cultura e o pnud, serviu para lançar as bases do ciec. O segundo, o seminário Indústrias Criativas– a cultura no século xxi, realizado pelo governo estadual em dezembro do mesmo ano, teve como objetivo ampliar o debate sobre a temática da economia criativa na perspectiva da instalação do ciec na Bahia. (MIGUEZ,2007:109)

A cultura como elemento central em várias outras ciências, quando passa a ser estudada e abrangida pela ciência econômica, possibilita refletir sua transversalidade e sua importância na sociedade contemporânea. Sua característica subjetiva, dotada de valores simbólicos, já há algum tempo vêm sendo alvo de estudos. Desde questões relativas à “cooptação” de elementos culturais pelo mercado, quando nos remetemos às discussões sobre a indústria cultural, até as atuais reflexões sobre cultura como um elemento da economia que merece investimentos no sentido técnico e científico ao se debruçar sobre dados e criar mecanismos que possam medir os impactos econômicos provocados pela cultura (no caso do Brasil ressalta-se a parceria entre Ministério da Cultura, IBGE e IPEA).

Ao mesmo tempo em que se faz a crítica à indústria cultural, é sobretudo através dela que se dá a democratização ou mesmo a expansão dos bens culturais, das mais diversas manifestações culturais:

Os meios de produção, circulação e troca cultural, em particular, têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. Uma proporção ainda maior de recursos humanos, materiais e tecnológicos no mundo inteiro são direcionados diretamente para estes setores. Ao mesmo tempo, indiretamente, as indústrias culturais têm se tornado elementos mediadores em muitos outros processos. (HALL, 1997)

De maneira geral, a importância de se refletir sobre a cultura está intimamente ligada à ideia de “revoluções culturais” contemporâneas por meio dos avanços tecnológicos e da sua capacidade de fruição. Mesmo com todas as ressalvas possíveis em relação à acesso ou possibilidade de acesso aos bens ou produções culturais, o fato é que estes processos de desenvolvimento tecnológico de alguma forma alargaram e democratizaram o acesso e o contato com as produções, bens e serviços culturais. Nos diferentes segmentos da população, a juventude talvez seja o



que melhor entenda estas transformações, pois o mundo contemporâneo é o “seu tempo”. Por isso a facilidade que este público tem em absorver as mudanças, se é que podemos chamar assim, vivendo mais intensamente estes impactos. Daí a cultura, tal como a reflexão sobre o trabalho feita acima, passa ocupar também certa “centralidade” na estrutura social e, sobretudo, dentre os jovens.

No entanto, o debate em torno da economia da cultura e sua relação com a juventude se dá considerando a possível extensão ao mercado de trabalho, entendendo também que esta relação se baseia no potencial criativo das atividades e ações promovidas pelos jovens, mas principalmente no apelo que o conjunto dos setores da economia da cultura tem em relação a esta parcela da população.

### **Experiências de jovens no “mundo da cultura” e suas relações com o “mundo do trabalho”**

Assim como os *punks* da década de 80 e os e as jovens do movimento *hip-hop* que vão se afirmando por meio dos chamados grupos de estilo juvenis - faz parte das manifestações dos grupos produzir os bailes, as festas, os festivais, o que podemos considerar como parte importante também na construção identitária destes grupos -, outros grupos ou manifestações culturais ancoradas por jovens aparecem nas “quebradas” e periferias da cidade de São Paulo. Neste caso, os jovens também vão aparecer como produtores de cultura, realizando desde saraus em espaços públicos, como praça, ruas, bibliotecas, e também em espaços “privados” mais “socializados”, como é o caso do “Bar do Zé do Batidão”, onde acontece o sarau da Cooperifa<sup>2</sup>. Bem como, campos de futebol, lajes, praças também se tornam “salas de cinema” e espaço de exibição de filme para a comunidade, grupos de teatro, coletivos de graffiti, grupos de resgate da cultura popular e uma infinidades de manifestações culturais são expressadas e conduzidas em grande parte por jovens das periferias de São Paulo.

Em se tratando de políticas no âmbito da cultura na cidade de São Paulo,

---

<sup>2</sup> O Sarau da Cooperifa acontece desde 2000 organizado pelo poeta e escritor Sérgio Vaz. A Cooperifa reúne artistas e poetas da periferia e uma vez por semana acontece o Sarau no bar do Zé batidão para manifestações artísticas, mas principalmente para declamar a poesia “periférica” produzida pelos moradores ou não do bairro.

destaca-se o VAI - Programa de Valorização de Iniciativas Culturais - criado em 2003, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores e mantido até hoje pela secretaria municipal de cultura. O programa tem o intuito de contemplar os grupos ou coletivos culturais da cidade de São Paulo com o objetivo de valorizar e potencializar atividades já realizadas pelas maiorias destes grupos principalmente das periferias da cidade, onde há maior carência de recursos e equipamentos culturais. Em contato com as experiências vivenciadas pelos grupos, percebe-se que, para além do subsídio que os grupos recebem (no qual potencializa suas ações), a possibilidade de ampliação da rede de contato dentre os coletivos também aparece, muitas vezes, por intermédio desta política. É um dos pontos de destaque ou de relevância do programa, enquanto política pública, estaria na não necessidade de institucionalização dos grupos, já que o recurso pode ser repassado para pessoa física, no caso, o jovem proponente do então projeto escrito pelo grupo. Esta não obrigatoriedade da institucionalização possibilita o acesso de muito mais grupos concorrerem ao recurso, já que em sua grande maioria, estes coletivos se organizam de maneira informal, não institucionalizada.

Desde quando se instituiu esta política na cidade, o Programa VAI tem ampliado a possibilidade do recurso chegar a um número maior de coletivos. A ação do programa tem um impacto direto na vida dos grupos de jovens e por consequência na vida da cidade. Os projetos dos jovens tem possibilitado aos moradores da periferias da cidade participar de atividades culturais de diferentes linguagens, democratizando de certa forma o acesso à cultura. Por outro lado, é importante entender que grande parte destes jovens encontra no grupo e nas atividades que realizam uma maneira de se manifestar, de se agrupar, de pertencer e de demonstrar sua insatisfação com as “injustiças” e as desigualdades da cidade. As críticas se dão por meio das poesias periféricas, do rap, dos graffitis, produções de vídeos e também no encontro direto com gestores, exigindo e denunciando a ausência de equipamentos culturais nos bairros das periferias. Embora seja relevante o papel deste programa, ele, sozinho, desmembrado de outras ações do poder público, não dá conta de sanar a ausência dos equipamentos culturais nas periferias da cidade.

Os jovens que se organizam nas periferias por meio dos grupos de cultura

anunciam o que Paula Porta (2008) coloca como um dos desafios ou “gargalo” da economia da cultura que é a falta de equipamentos públicos culturais para a oferta de atividades, o que implica no limite da democratização e no acesso aos diferentes bens culturais produzidos. Esse e outros desafios são colocados e prometem ser enfrentados pelo Ministério da Cultura no que diz respeito à temática da Economia da Cultura, porém, alguns grupos tem feito críticas em relação ao que se consolidou, conforme descrevemos, como Economia da Cultura.

O Instituto Pólis juntamente com o Centro Cultural da Espanha e a rede de artistas da cidade Tiradentes organizaram uma oficina com algumas referências - de ações individuais ou de coletivos - que tenham em seu escopo a arte e cultura como elementos de sua atuação na periferia da cidade de São Paulo.<sup>3</sup> A crítica expressa por estes atores sociais nesta oficina se orientou por outra *lógica*, já que a maioria dos textos produzidos sobre economia da cultura e criativa se atém muito mais ao crescimento e à estruturação da cultura enquanto setor da economia e não necessariamente como elemento de emancipação.

As falas dos participantes da oficina revelam insatisfação no que se consolidou a chamar de economia da cultura por considerar que ela continua na lógica do mercado, ou seja, continua privilegiando as grandes indústrias e empresas, sendo o direito autoral um dos elementos centrais que condicionam o lucro e, por outro lado, potencializam pouco as ações desenvolvidas nas comunidades. Assim, os escritores, os artistas, produtores culturais que caminham em uma lógica contrária não recebem o incentivo ou a valorização necessária neste *novo* campo da economia que, de acordo com as suas atuações, poderiam ser envolvidos enquanto profissionais de tais campos. Desta forma, adotam o termo “Economia Solidária da Cultura” por entenderem ser de fato mais abrangente e porque marca posição em um outro tipo de lógica que não a do mercado.

Como ocorre com outros grupos “culturais” e em outros momentos, o fato de estarem *imersos* no que se refere ao campo da indústria cultural não significa resignação diante de uma lógica massacrante de mercado. Ao contrário, é importante frisar que os jovens também se apropriam dos “aparatos” da indústria cultural e dão novos sentidos às suas práticas: “[...] As *ferramentas* que a indústria

---

3 A oficina pode ser acessada por vídeo compartilhado na web no site do Youtube. O *link* para o vídeo se encontra nas referências bibliográficas.

cultural possibilita são muitas, mas é a criatividade dos jovens, sobretudo das classes populares, que vai moldá-las e *re-significá-las*” (ALMEIDA, 2009:61).

Os jovens participantes de coletivos culturais, em um primeiro momento, se organizam em grupo considerando seus diversos sentidos, já colocados aqui, no que refere-se a pertencimento e afirmação da identidade. Por outro lado, a possibilidade de desenvolver os projetos de forma mais estruturada, recebendo recursos públicos (neste caso por meio Programa VAI) para realizar estes projetos, também existe a possibilidade dos jovens desenvolverem suas ações de maneira criativa, realizando o que gostam e podendo – por quê não? - dar novos sentidos às suas trajetórias profissionais. Ou seja, as atividades artísticas e culturais produzidas e realizadas pelos coletivos de jovens, incentivadas por uma política pública, são tomadas por eles como possibilidade de trabalho e obtenção de renda.

É claro, há de se fazer ressalvas, pois muitos dos jovens envolvidos nos grupos e coletivos já se encontram em algum tipo de trabalho e ainda realizam o projeto, sem necessariamente receber para “tocar” as ações nas quais se envolvem. No entanto, mesmo os jovens que se encontram na situação de empregabilidade, ao participar e realizar os projetos culturais, se sentem influenciados a mudar a sua trajetória profissional. O fato de se inteirar de todas as etapas de um “projeto cultural” - desde a escrita até o contato com outros jovens de coletivos distintos, desde a organização interna da equipe que o executa até a prestação de contas - potencializa a ação destes jovens e o olhar para o mundo do trabalho também passa a se dar de forma diferenciada.

Uma outra experiência que merece atenção no que diz respeito às possibilidades inventivas, criativas e que se relacionam de alguma forma com o mundo do trabalho, é a experiência vivida por jovens do Programa Jovens Urbanos. O Programa é uma iniciativa da Fundação Itaú Social e conta com a gerência e coordenação técnica do CENPEC- Centro de Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Desenvolvido na cidade de São Paulo desde 2004 (tendo realizada uma edição no Rio de Janeiro) nos bairros da periferia da cidade, o programa acontece por meio de parcerias com as organizações não governamentais presentes nos territórios selecionados previamente e que, de alguma forma, já desenvolvem ações com a juventude situada na região escolhida. No âmbito do

poder público, a parceria se dá com as subprefeituras locais e também com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, já que é de responsabilidade desta secretaria conceder aos jovens que participam deste programa o auxílio pecuniário, neste caso, conhecida como bolsa trabalho<sup>4</sup>. A parceria se estende à outras organizações e pessoas que terão entrada durante o programa e no seu final que auxiliam os jovens no que chamam de assessorias tecnológicas, assessorando os jovens no desenvolvimento de projetos e oficinas dos quais participam durante a execução do programa.

No seu desenho, o programa está em sintonia com as discussões feitas em relação às juventudes. Por isso, privilegia alguns aspectos importantes para os jovens que compartilham este mesmo tempo histórico. Ele é voltado para jovens de 16 a 20 anos que estejam matriculados na rede pública de ensino, que tenham terminado ou que estejam fora da escola. No intuito de ampliar o repertório sócio cultural dos jovens, uma das estratégias é fazer com que eles e elas circulem na cidade, tendo contato com o maior número possível de equipamentos culturais e tecnológicos do espaço urbano, ampliando suas percepções em relação a si, ao grupo e as potencialidades e dilemas da cidade e mais especificamente do seu bairro. Os jovens participam de oficinas tecnológicas (chamadas de experimentações), que privilegiam diferentes linguagens, desde propostas com cunho artístico, cultural e tecnológico, como teatro, dança, DJ, fotografia, produção de vídeo, web rádio, grafite, moda, etc., até algumas mais específicas e, numa leitura mais pragmática, voltadas ao tradicional mercado de trabalho (parcerias com as Escolas Técnicas do Estado). A circulação pela cidade e as participações em oficinas e na organização com os educadores são elementos de uma aposta formativa, entendida como um processo educativo não formal, mais que pode impactar nos estudos formais dos jovens; seja no incentivo à sua volta a escola (já que para receber o benefício é necessário que os jovens estejam estudando ou tenham terminado o ensino médio), no processo de letramento, além de construir uma relação mais crítica com a escola. No contato com outras experiências por meio do programa, os jovens vão alargando seu repertório e também tem a oportunidade

---

4 Bolsa Trabalho é uma política pública de transferência de renda para jovens de 16 à 20 anos que estejam matriculados em escolas públicas do município de São Paulo ou que já tenham terminado o ensino médio e que possuem renda per capita de meio salário mínimo.

de projetar *novos rumos* para a sua trajetória profissional.

Esse processo todo dura dez meses e conta com a medição de um/a educador/a para uma turma de trinta jovens. No final do processo formativo com os jovens, existe também a possibilidade deles desenvolverem e executarem projetos, com o apoio da organização local, do CENPEC, de algum assessor que esteja em sintonia com a linguagem privilegiada em seus projetos. A ideia é incentivar os jovens no processo de desenvolver alguma intervenção, seja aprendendo a escrever um projeto, a entrar em contato com a rede de parcerias das organizações e formando a sua própria rede. Em muitos casos, mesmo com o término do programa alguns jovens dão continuidade aos projetos buscando financiamento e criando possibilidade de sustentabilidade por outros meios. Muitos deles, depois do término do programa, foram contemplados pelo Programa VAI, já citado neste artigo.

A profissionalização não faz parte do escopo do programa. Porém, há diversas ações que dialogam com o mundo do trabalho, seja enquanto tema transversal na formação com os jovens ou, de forma concreta, quando estes deixam o programa para viver a experiência laboral, se inserindo no mercado de trabalho. Por motivos e sentidos diferentes que atravessam a vida dos jovens, seja por necessidade, por pressão ou não da família, o *status* de “estar trabalhando” é maior em relação ao “só fazer o curso”.

No entanto, os jovens que permanecem até o final da formação desenvolvem projetos que tem relação, em sua maioria, com a temática da comunicação e com intervenções artísticas e culturais na comunidade. Isso ocorre, por um lado, porque esta é uma linguagem muito presente na estrutura do que é ofertado pelo próprio programa. Mas também conta com a adesão dos jovens, mobiliza e tem feito sentido para eles porque são ações produzidas pelos próprios jovens. Eles saem do papel de “reprodutores” para o de criadores e produtores culturais.

O que importa dizer é que as ações desenvolvidas por jovens que passam por experiências como as do Programa Jovens Urbanos ou que participam de grupos culturais, tem demandado algumas respostas no campo da elaboração de políticas que levem em conta as suas experiências, no momento de “absorver” este público no mercado de trabalho. Em se tratando de economia da cultura, segundo relatórios de Paula Porta pelo PRODEC (2008), este setor tem potencializado a criação de

novos postos de trabalho e que ao lado das indústrias, ultrapassa a média do salário mínimo, além de ser um setor em expansão. Resta saber em que condições estão sendo criados estes *novos postos de trabalho* e principalmente a quem tem atingido e beneficiado.

Vale frisar que, quando se fala da extensão da economia da cultura para o mercado de trabalho, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude é um excelente referencial para o que se entende sobre a criação de novos postos de trabalho para jovens. O documento dá indicativos sobre as especificidades que devam ser garantidas e podem direcionar a criação de postos de trabalho decente que empreguem os jovens:

A Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude deve prestar especial atenção ao impacto dos avanços tecnológicos. Uma análise exploratória realizada pelo SENAI (2002) ressalta que as mudanças daí decorrentes envolvem, entre outros aspectos, novos conteúdos, condições e requisitos de trabalho e contribuíram para o surgimento de oportunidades e novas ocupações que estão apresentando crescimento de demanda, ou passando por profundas transformações, e representam novos horizontes para a juventude brasileira. (AGENDA, 2010:25)

As possibilidades que se abrem a partir de “novos conteúdos, condições e requisitos”, como bem exemplifica o texto acima, poderia ser estendido aos setores que formam a economia da cultura? Obviamente que nos falta elementos empíricos e teóricos para afirmar tal questão. De qualquer forma, são possibilidades que se abrem no campo da cultura - neste caso enquanto um segmento econômico – e que permitem uma reflexão do conjunto de dados que foram produzidos pelo MINC, em parceria com o IBGE e IPEA, a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude e os marcos legais relacionados a juventude, tais como o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude.

### **Considerações finais**

A experiência vivida mais de perto por mim no contato com os jovens do Programa Jovens Urbanos e de alguns membros de coletivos culturais do Lajeado, distrito da capital paulista, e a observação dos impactos “positivos” que estas ações provocam nestes jovens, permitiu-me arriscar e colocar em questão este debate,

fazendo as relações entre trabalho e a economia da cultura. As questões colocadas neste artigo, tinham a intenção de propiciar o debate em torno de dois temas ou elementos que se colocam centrais para os jovens: o trabalho e a cultura. O trabalho enquanto elemento que possibilita aos jovens da classe trabalhadora viver sua condição juvenil, podendo consumir e gozar do seu tempo livre e a cultura como elemento expressivo na identidade dos grupos juvenis e elemento que dá sentido às ações e atividades desenvolvidas pelos jovens.

O “direito à cultura” vem sendo uma bandeira de diversas organizações juvenis e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, cultura vem sendo apontada por diversos grupos como um segmento da economia, na medida em que produz valor econômico com a produção de bens e serviços culturais. Com isso, torna-se importante setor também para se pensar sua extensão em relação a abertura de novos postos ou possibilidades de trabalho.

Constata-se que, em grande parte, são os jovens que estão envolvidos com as ações culturais: seja em relação ao lazer praticado por eles, que se relaciona diretamente com o campo da cultura; seja porque através das experiências vividas nos grupos e nas atividades culturais desenvolvidas pelos jovens desperta-se outras possibilidades de dar sentidos ao seu trabalho, percebendo que o que faz tem impacto na vida da cidade; seja porque além de consumidor ele também é produtor de bens e serviços culturais. Por tudo isso, não seria razoável imaginar a possibilidade dos jovens poderem ter sua experiência reconhecida e incentivada como um fator de renda e alternativa de trajetória profissional?

Entendo não ser um debate fácil e são questões que merecem melhor atenção. No entanto, na equação entre juventude, trabalho e cultura, de fato, o resultado não seja simples, mas precisa ser enfrentado à medida em que são os jovens os que mais sofrem com postos de trabalho precarizados, trabalho informal e com o desemprego. E se neste mesmo momento, um novo setor econômico ganha as agendas nacionais e internacionais, deve-se contar com uma reflexão em torno da concretude do trabalho decente para os jovens, podendo estar em sintonia com elementos que dão sentido às suas vivências e projeções futuras.



## Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena W. *Cenas Juvenis: Punks e Darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.

\_\_\_\_\_. *Condição juvenil no Brasil contemporâneo*. In: ABRAMO, Helena e BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena Wendel & LEÓN, Oscar Dávila. *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa: 2005.

ALMEIDA, Renato Souza de – *Juventude e participação - Novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo – Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – PUC-SP 2009*.

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE. Acesso em junho e julho de 2011. Disponível em:

<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE53F261E58FB/Agenda%20Nacional%20do%20Trabalho%20Decente%20para%20a%20Juventude.pdf>

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade no Mundo do trabalho*. 15 ed. São Paulo:Cortez,2011.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. *Algumas Considerações sobre Economia da Cultura In IV ENECULT- Encontro Nacional de Estudos Multidisciplinares em Cultura de 28 à 30 de maio de 2008 organizado pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia*. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14643-04.pdf>

COSTA, Márcia Regina. "Culturas juvenis, globalização e localidades". In: COSTA, Márcia Regina; SILVA, Elizabeth Murilho. *Sociabilidade Juvenil e Cultura Urbana*. São Paulo, Educ, 2006

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil?* In: ABRAMO, Helena e BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*. São Paulo:Fundação Perseu Abramo, 2005.

GORZ, André. *A invenção do Trabalho*. In *Metamorfoses do Trabalho*, Editora Annablume, São Paulo, 2003.

HALL, Stuart. *A Centralidade da Cultura: notas sobre a revolução cultural do nosso tempo*. tradução do original em inglês para a *Revista Educação & Realidade*, v.22, n.2, 1997 Disponível em: [http://www.ufrgs.br/neccso/downloads\\_pesquisadores.htm](http://www.ufrgs.br/neccso/downloads_pesquisadores.htm)

MELUCCI, Alberto. *Juventude, tempo e movimentos sociais*. In *Revista Brasileira de*

Educação. ANPEd: São Paulo. Número especial. 1997

MIGUEZ, Paulo. *Alguns aspectos do processo de constituição do campo de estudos em economia da cultura*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EM ECONOMIA DA CULTURA, Recife, 16 a 20 jul. 2007, organizado pela Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14643-01.pdf>

NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. Ano I, V.2, São Paulo, outubro de 2007. Disponível em: <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>

OFFE, Claus. *Trabalho: categoria sociológica chave?* In: Capitalismo desorganizado. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PORTA, Paula. *Economia da Cultura: Um Setor Estratégico para o País*. Brasília: Ministério da Cultura, 2008. Acesso em: 04 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/01/economia-da-cultura-um-setor-estrategico-para-o-pais/>

#### **Sites visitados:**

<http://www.cultura.gov.br> (acesso em maio e junho de 2011)

<http://www.polis.org.br/> (acesso em junho de 2011)

<http://programavai.blogspot.com/> (acesso em julho de 2011)

#### **Link de vídeo acessado:**

[http://www.youtube.com/watch?v=\\_CUfCmCQZtk&NR=1](http://www.youtube.com/watch?v=_CUfCmCQZtk&NR=1)